

7 de Setembro de 2021

Se Bolsonaro cumprir suas ameaças, poderá haver uma paralisa decisória que teria impacto sobre a área de segurança pública e seus profissionais

Arthur Trindade M. Costa

DANILO VERPA/FOLHAPRESS



Na avenida Paulista, Bolsonaro fez seu discurso mais radical e ameaçador desde o início do governo

Nas últimas semanas, criou-se uma grande expectativa sobre o que poderia acontecer nas manifestações convocadas por apoiadores do presidente Bolsonaro para o dia da Independência. Temiam-se conflitos entre apoiadores e opositores ao governo. A participação de militares e policiais da ativa no ato político também causava grande preocupação. Alguns chegaram a questionar se as polícias iriam seguir as diretrizes dos governadores ou do presidente.

Nada disso aconteceu. As preocupações sobre o comportamento dos policiais, baseadas em análises das redes sociais, se mostraram exageradas. No mundo real, os problemas eram outros. Em São Paulo, o problema era o perigo de conflitos entre grupos políticos contrários. Em Brasília a situação era mais complexa. Havia risco de invasão do Supremo Tribunal Federal ou outro órgão do Judiciário, possivelmente o Tribunal Superior Eleitoral. Também havia possibilidade de conflitos, especialmente entre ruralistas e indígenas. Além disso, um grupo de caminhoneiros planejava ocupar a Esplanada dos Ministérios com seus veículos.

O policiamento funcionou conforme foi planejado. Não houve maiores incidentes entre as pessoas que ocuparam a avenida Paulista. Afinal de contas, era uma manifestação realizada por simpatizantes do partido da ordem e não pelos apoiadores do partido da mudança, para usar os termos do sociólogo Ralf Dahrendorf para se referir ao posicionamento ideológico dos grupos políticos.

Em Brasília, um grupo de caminhoneiros conseguiu furar o bloqueio da PMDF e estacionou seus veículos ao longo da Esplanada dos Ministérios. Também foi registrado um incidente envolvendo apoiadores do presidente que pretendiam invadir um acampamento de grupos indígenas que estavam na capital para acompanhar o julgamento sobre marco temporal para demarcação das terras. A

Polícia Militar relatou sete tentativas de invasão do Supremo Tribunal Federal. Nenhuma delas teve sucesso. Dada a complexidade da situação, podemos dizer que o policiamento funcionou.

Se dependesse apenas da atuação das forças de segurança pública, teríamos motivos para comemorar. Entretanto, não foi o que aconteceu. Como estava previsto, o presidente Bolsonaro discursou em Brasília e São Paulo. Na avenida Paulista, Bolsonaro fez o discurso mais radical e ameaçador desde o início do seu governo. Ele criticou duramente o Ministro Alexandre de Moraes, chamando-o de canalha. E anunciou que não mais cumpriria suas decisões judiciais. Funcionários do governo chegaram a elaborar orientações para os policiais federais descumprirem ordens judiciais. Bolsonaro afirmou ainda que o presidente do STF, ministro Luiz Fux, deveria enquadrar os ministros, do contrário sofreria consequências indesejadas.

O discurso foi recebido como uma bomba pelos membros do STF, pelo presidente do Senado e por parlamentares de vários partidos. Lideranças empresariais, analistas do mercado financeiro e a imprensa internacional interpretaram que desta vez há chances reais de o presidente passar da ameaça à ação. Se isso de fato acontecer, estaremos diante da mais grave crise institucional desde a redemocratização, em 1985.

A principal consequência disso será uma paralisia decisória. Ou seja, nenhuma pauta irá tramitar no Legislativo e no Judiciário. Não será a primeira vez na história do país. Aconteceu em 1964, 1992 e, mais recentemente, em 2015. Mas está será a primeira vez que a paralisia é provocada deliberadamente pelo presidente da República.

O quadro é extremamente preocupante, pois sinaliza o agravamento da crise econômica, cujos reflexos mais imediatos são o aumento do desemprego e da inflação. Sem contar que ainda estamos vivendo a situação de pandemia que, se não for bem administrada, poderá levar a novo aumento nas taxas de óbitos.

Se acontecer de fato, a paralisia decisória terá impacto sobre a área de segurança pública e seus profissionais. Pois os orçamentos ficarão mais escassos, os salários perderão poder de compra e os investimentos provavelmente cessarão. As taxas de criminalidade, como já verificado por diversas pesquisas, tenderão a aumentar. Ninguém deseja esse cenário.

Arthur Trindade M. Costa

Professor de sociologia da Universidade de Brasília e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://fontesegura.org.br/tema-da-semana/qqdkz5i6i9>

